

Entrevista: Barry McGaw



A Austrália é um país federativo que optou pela elaboração de um currículo nacional de educação básica¹. Em um momento em que a adoção de uma base curricular comum é uma discussão que está em pauta no Brasil, a *Cadernos Cenpec* realizou uma entrevista com Barry McGaw, presidente do conselho da Australian Curriculum Assessment and Reporting Authority (Acara, Autoridade em Currículo e Avaliação, em tradução livre), entidade australiana responsável pelo desenvolvimento e implementação de um currículo nacional, sistema nacional de avaliação da educação e produção de relatórios com estatísticas e análises sobre a educação australiana².

McGaw fala sobre o que balizou a decisão de adotar um currículo nacional, a forma de elaboração do documento, a concepção de currículo que baseia a proposta, as relações entre currículo e avaliação e os processos previstos para realizar a implementação do currículo.

A entrevista foi realizada em abril de 2014 e conduzida por Antônio Augusto Gomes Batista, coordenador de Desenvolvimento de Pesquisas do Cenpec, e Paula Louzano, pós-doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp).

Tradução e transcrição da entrevista: Beatriz Hashimoto

Edição: Joana Buarque de Gusmão e Fabiana Hiromi

Revisão técnica: Paula Louzano

¹ Nesta entrevista, “currículo” se refere a um documento curricular nacional único orientador dos currículos escolares.

² Para mais informações, ver: <http://www.acara.edu.au/>.

O DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO NACIONAL AUSTRALIANO

THE DEVELOPMENT OF AUSTRALIAN NATIONAL CURRICULUM

CADERNOS CENPEC – GOSTARÍAMOS QUE VOCÊ FALASSE SOBRE POR QUE A AUSTRÁLIA DECIDIU ADOTAR UM CURRÍCULO NACIONAL, UMA VEZ QUE É UM PAÍS FEDERATIVO, COM ESTADOS INDEPENDENTES EM TERMOS DE EDUCAÇÃO E QUE JÁ CONTAVAM COM SEUS PRÓPRIOS DOCUMENTOS CURRICULARES.

BARRY MCGAW – Bem, essa é uma longa história de tentativas de trabalhar de maneira colaborativa. Em 1989, o Ministerial Council on Education, Employment, Training and Youth Affairs [Conselho Ministerial da Educação, Emprego, Formação e Assuntos da Juventude³] fez uma reunião com os ministros dos estados e os ministros da federação. Essa reunião definiu algo que se chamou de “Objetivos Comuns e Concertados para a Educação” (*Common and Agreed Goals for Schooling*)⁴. Na ocasião, os ministros salientaram que não estavam discutindo um currículo, mas sim objetivos comuns que dariam os moldes dentro dos quais cada estado ou território desenvolveria seu próprio currículo. Isso levou a um trabalho mais colaborativo, mas que não foi levado a cabo, uma vez que dois estados (um deles conservador e o outro trabalhista) disseram durante a campanha eleitoral: “Se nós ganharmos a eleição, essa proposta nacional e colaborativa sobre a educação será cancelada no nosso estado”. Os dois partidos ganharam as eleições em seus estados e ambos cancelaram o acordo. Em 1999, os ministros emitiram uma

³ No sistema federativo da Austrália, a responsabilidade pela educação escolar é predominantemente dos estados e territórios. As decisões conjuntas sobre prioridades comuns e iniciativas nacionais são feitas por meio de conselhos de políticas intergovernamentais. O Conselho Ministerial da Educação, Emprego, Formação e Assuntos da Juventude é um dos conselhos da área da educação. Ele é formado pelos ministros da educação da federação e dos estados (os estados australianos possuem ministros).

⁴ O documento pode ser acessado em: <http://www.curriculum.edu.au/verve/_resources/natgoals_file.pdf>.

nova declaração, a Declaração de Adelaide, construída sobre a anterior, a Declaração de Hobart (de 1989), ambas nomeadas a partir da cidade onde as reuniões foram realizadas. Em 2006 foi criada a Declaração de Melbourne⁵, na qual foi acordado que haveria uma movimentação mais ativa no sentido de construir um currículo nacional.

Durante a campanha eleitoral de 2007, o Partido Trabalhista Australiano, que estava na oposição, afirmou que se vencesse a eleição desenvolveria um currículo nacional de Inglês, Matemática, Ciências e História. Na época, um dos ministros do governo conservador disse: “Essa proposta é uma cópia das políticas do atual governo. Nós estamos tentando desenvolver um currículo nacional, mas o problema é que os estados não cooperam. Se eles não cooperarem, não iremos liberar os recursos para eles”. Então, em 2007, de repente, tivemos tanto o governo quanto a oposição comprometidos a não somente colaborar na definição de objetivos nacionais, mas na criação de um currículo nacional. Por que eles resolveram colaborar? Uma das razões principais era que 80 mil estudantes se mudavam de estado a cada ano, o que os fazia experimentar um currículo diferente do anterior, ainda que não fosse nada gritante. Porém, se tem evidência de que em alguns estados o currículo de Matemática, por exemplo, era mais avançado que em outros. Outra razão é que nós somos um país bem menor que o Brasil: temos uma população de cerca de 25 milhões de pessoas, de forma que um argumento era por que gastar recursos desenvolvendo oito currículos separados para cada um dos seis estados e os dois territórios?

CADERNOS CENPEC – VOCÊ PODERIA EXPLICAR COMO O PROJETO DE NAÇÃO AUSTRALIANO SE RELACIONA COM O CURRÍCULO? PERCEBEMOS, POR EXEMPLO, QUE O TEMA DA INTEGRAÇÃO DA ÁSIA É IMPORTANTE NO CURRÍCULO NACIONAL.

BARRY MCGAW – Costumávamos manter negócios comerciais com a Europa devido ao fato de termos sido colonizados pelo Reino Unido, porém, de maneira crescente, nossas negociações têm sido com a Ásia. Nossos maiores parceiros comerciais estão na Ásia, como o Japão e, de modo cada vez mais substancial, a China. É por isso que quando se olha para o currículo, além de disciplinas como Inglês, Matemática, Ciências, História, Geografia, Economia e Negócios,

⁵ As declarações podem ser acessadas em: <http://www.curriculum.edu.au/verve/resources/natgoals_file.pdf> (Hobart), <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/featurearticlesbytitle/A0C19C769B9B284BCA2569DE002539EE?OpenDocument>> (Adelaide) e <http://www.curriculum.edu.au/verve/resources/National_Declaration_on_the_Educational_Goals_for_Young_Australians.pdf> (Melbourne).

propomos as chamadas três Prioridades Interdisciplinares (*Cross-Curriculum Priorities*). Esse é um ponto que geralmente é mal compreendido, porque as pessoas veem o nome “prioridades” e pensam que nada mais é importante, o que realmente não é o caso. Nós as nomeamos assim porque precisam de mais atenção para assegurá-las como tal. Eu costumava chamá-las de Atuais Prioridades Interdisciplinares, e gostaria que tivéssemos persistido nesse nome, pois, se estivermos certos e esses assuntos forem tratados da maneira correta, eles não precisarão mais ser identificados como prioritários. Então, a presença da Ásia no currículo e suas relações com a Austrália reflete uma forte consciência nacional da importância de nossas relações com a nossa região geográfica e não somente nossas ligações históricas com a Europa.

Outra prioridade é a sustentabilidade, principalmente porque em nosso país, assim como nos Estados Unidos e no Canadá, ainda existem muitos céticos com relação às mudanças climáticas. A terceira prioridade é o que chamamos de História e Cultura dos Aborígenes e dos Indígenas das ilhas do Estreito de Torres. Com ela queríamos reforçar a necessidade de olharmos com mais respeito para a história de nossas relações com as culturas indígenas e ter o intenso reconhecimento de que eles estavam aqui muito antes de a civilização europeia chegar. Também precisávamos encontrar uma maneira de nos certificar de que cada aborígene e indígena se enxergasse no currículo. Tive uma ótima conversa com um dos membros da Assessoria Indígena e ele me disse: “Nossos pequenos deveriam achar que o currículo é como um espelho onde eles podem se enxergar e não somente uma janela, através da qual eles observam outras pessoas”.

CADERNOS CENPEC – COMO FOI A CRIAÇÃO DA ACARA?

BARRY MCGAW – O governo ganhou a eleição em novembro de 2007 e eu e meu adjunto fomos nomeados em janeiro de 2008. Foi pedido a cada um dos estados para nomear alguém para compor o Conselho⁶; os Sistemas das Escolas Independentes⁷ e das Escolas Católicas também foram convidados

⁶ O trabalho de desenvolvimento do currículo nacional foi iniciado pelo Interim National Curriculum Board (Conselho Nacional Interino de Currículo), do qual surgiu o Conselho de Administração da Acara.

⁷ Segundo o site do Independent Schools Council of Australia – Isca (Conselho das Escolas Independentes da Austrália), as escolas independentes fazem parte do grupo de escolas não governamentais ou privadas. Em sua maioria, são religiosas e representam 16% das matrículas do país. O setor de escolas independentes responde por cerca de 40% das escolas não governamentais australianas – o restante é composto pelas escolas católicas (os dois setores não são excludentes, há escolas católicas filiadas a ambos)

a indicar pessoas. Em abril de 2008, o Conselho, ou o pré-Conselho, estava formado. Esse Conselho iniciou os trabalhos em Inglês, Matemática, Ciências e História. O governo federal se propôs a discutir com os estados ao longo daquele ano sobre que tipo de órgão esse pré-Conselho se tornaria. Havia duas possibilidades. Na primeira, seria formada uma organização sem fins lucrativos gerenciada pelos ministros, um formato que existe na Austrália. O modelo padrão de financiamento é o governo federal entrar com metade do dinheiro e os estados com a outra metade, cada um contribuindo de acordo com a sua população, de modo que os estados maiores pagam mais do que os menores. Esse modelo é interessante, uma vez que existe um senso forte de pertencimento, cada estado possui uma parte da organização.

O governo federal estava interessado em outro modelo, que era montar uma organização que iria funcionar a partir de um ato do legislativo, tornando-se a autoridade australiana do currículo. A maneira como o governo conseguiu apoio dos estados para isso – o que era necessário, uma vez que seria um ato do parlamento federal – foi por meio de uma legislação que determina que essa autoridade irá responder não somente para os ministros federais, mas também para o Conselho Ministerial [formado por todos os ministros estaduais]. A opção acabou sendo essa segunda, e a Acara foi criada.

CADERNOS CENPEC – QUEM INTEGRA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ACARA?

BARRY MCGAW – É formado por representantes dos seis estados, dois territórios e do governo federal, então são nove ministros. E essa organização criada por legislação federal responderia não somente para os ministros federais, mas para os ministros dos estados e territórios também. Ao mesmo tempo em que eles estavam decidindo essas questões, decidiram incumbir o Conselho de Administração de outras responsabilidades, como todo o trabalho de avaliação nacional e o novo sistema de transparência com relação aos relatórios escolares, o que se tornou o *site* Minha Escola (www.myschool.edu.au).

Estávamos interessados no currículo e foi por aí que começamos. Porém, quando nos tornamos a Acara, não era somente a Autoridade Australiana em Currículo, era a Autoridade Australiana em Currículo, Avaliação e Elaboração de Relatórios. O desenvolvimento do currículo continuou, foram incluídas Geografia e Línguas e não demorou muito até a comunidade artística

(ISCA, 2013).

pressionar os ministros para incluir Artes, uma vez que tantas áreas já faziam parte do currículo nacional. O Conselho Ministerial resolveu, por fim, que todo o currículo deveria ser nacional.

CADERNOS CENPEC – CERTAMENTE NÃO É FÁCIL ESCOLHER O QUE DEVE ESTAR NO CURRÍCULO. GOSTARÍAMOS QUE VOCÊ FALASSE SOBRE COMO O CURRÍCULO FOI ELABORADO: QUEM FORAM OS RESPONSÁVEIS POR SEU DESENVOLVIMENTO, QUANTO TEMPO LEVOU O PROCESSO E O QUE BALIZOU AS ESCOLHAS NA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO CURRICULAR.

BARRY MCGAW – Quando começamos, em abril de 2008, deram-nos a responsabilidade⁸ de elaborar os currículos das áreas de Inglês, Matemática, Ciências e História. No entanto, deveríamos fazer também uma introdução a todo o currículo nacional e o governo nos informou sobre que tipo de arranjo formal deveria ser realizado. Quando o pré-Conselho começou a funcionar, dissemos: “Entendemos que só estamos escrevendo parte do currículo, mas precisamos ter certeza de que haverá espaço para o restante das áreas do conhecimento”, que naquele tempo ainda era de responsabilidade dos estados e territórios. Antes de detalhar cada uma dessas áreas, escrevemos um documento curto, de cerca de 15 páginas, sobre como deveria ser o formato do currículo australiano. Afirmamos que o currículo deveria definir conteúdos e não somente processos; que fixaríamos metas, estabelecendo não só o que os alunos deveriam aprender, mas também o que a aprendizagem daqueles conteúdos deveria permitir que eles realizassem; e que teríamos padrões de desempenho a serem alcançados. Falamos também nesse documento sobre as Prioridades Interdisciplinares e, para finalizar, definimos as chamadas Capacidades Gerais, que algumas pessoas chamam de habilidades do século XXI⁹.

Todos esses tópicos formaram um texto breve que foi colocado em debate, nós o revisamos e dissemos: “Isso nos dará uma base por onde o trabalho avançará”. Inicialmente, pensamos em recrutar pessoas que começariam o trabalho de delinear e escrever os currículos de Inglês, Matemática, Ciências e História. Porém, nós, do Conselho [de Administração da Acara], percebemos que seria muito interessante fazer primeiro, para cada área do currículo, o que

⁸ A responsabilidade foi dada pelo governo, ministros da educação dos estados e territórios australianos por meio do Conselho Ministerial.

⁹ As sete capacidades gerais são: letramento, habilidades numéricas, capacidade de informação e comunicação tecnológica, pensamento crítico e criativo, capacidades pessoais e sociais, compreensão ética e compreensão intercultural.

havíamos feito para o currículo todo: produzir um breve documento definindo o que acreditávamos que cada uma das áreas do conhecimento deveria abordar, da educação infantil até o ensino médio, uma imagem mais ampla do que deveria ser descrito, de qual deveria ser a sequência.

Então, recrutamos pessoas que eram especialistas nas áreas para escrever. Contratamos um redator-líder e lhe autorizamos a recrutar uma equipe, mas queríamos que os grupos de redatores fossem equilibrados. Por exemplo, em História, queríamos ter certeza de que havia historiadores conservadores assim como historiadores mais progressistas no grupo. Também sempre nos certificávamos de que haveria pessoas envolvidas com o ambiente escolar, como professores. Já para Inglês, tínhamos um grupo bem mais extenso; enquanto em História havia sete pessoas, no grupo de Inglês eram cerca de 20, porque havia muitas controvérsias – qual foco deveria se dar à gramática e à estruturação da língua ou sobre como a literatura seria ensinada, por meio dos tradicionais cânones da literatura ou da literatura contemporânea.

Pedimos para que cada grupo produzisse um documento de não mais de 20 páginas; em seguida, disponibilizamos os documentos para debate público e somente depois disso juntamos os redatores para trabalhar no currículo detalhado.

CADERNOS CENPEC – ALGUNS ESTADOS RESISTIRAM ÀS MUDANÇAS CURRICULARES EM NÍVEL NACIONAL?

BARRY MCGAW – Não houve muita resistência. A maior discrepância de opiniões se deu na implantação, que foi uma consequência da mudança curricular em si.

CADERNOS CENPEC – O CURRÍCULO É COMPULSÓRIO?

BARRY MCGAW – Não podemos fazer com que ele seja compulsório¹⁰. Simplesmente desenvolvemos o currículo e os estados decidem o que será compulsório. Em alguns casos, acreditamos que a partir do 8º, 9º e 10º anos algumas matérias se tornem opcionais, porque os estudantes começam a se especializar.

CADERNOS CENPEC – O CURRÍCULO AUSTRALIANO ESTÁ SEPARADO EM DOIS

¹⁰ No sistema federalista australiano, os estados têm um alto grau de autonomia e não há uma lei nacional.

BLOCOS: UM QUE VAI ATÉ O 10º ANO E OUTRO REFERENTE AO 11º E 12º ANOS¹¹ (QUE TRATA DO ENSINO SECUNDÁRIO SÊNIOR – *senior secondary*). POR QUE OCORREU ESSA SEPARAÇÃO?

BARRY MCGAW – Para o ensino secundário enfrentamos mais dificuldades, porém sempre tivemos em mente o desenvolvimento do currículo para todos os anos de escolarização. Metade dos estados tinha seis anos de ensino primário e seis anos de ensino secundário, e os outros tinham sete anos do primário e cinco do secundário. Isso fez com que a tarefa de criar um currículo para o 7º ano fosse mais difícil, uma vez que em alguns casos esse ano era lecionado por professores especialistas e em outros por professores polivalentes do ensino primário. Uma consequência curiosa foi que diversos estados passaram a incorporar o 7º ano no ensino secundário.

Pode-se dizer que há grandes diferenças entre os estados no que diz respeito ao ensino secundário sênior (11º e 12º anos), o que pode dificultar a nacionalização do currículo nessa etapa. Porém, há uma razão mais importante: cada um dos estados promove um regime de avaliação para esses anos finais, ou somente para o ano final, como método de entrada nas universidades. Em alguns estados, ou melhor, em alguns casos específicos, a entrada na universidade se dá com base no histórico escolar; em outros, há uma combinação de análise do histórico escolar com exames externos. Também há lugares onde existe menor ênfase nas avaliações escolares. A autoridade do estado gerencia esses arranjos, assim como o sistema de avaliação. Enfim, existe uma grande burocracia envolvida em todo esse processo e, assim, há muito mais resistência para mudar os anos finais de escolarização.

Temos vivenciado longas séries de discussões com esses órgãos sobre como podemos integrar os arranjos já existentes com o novo currículo, para que assim tenhamos, pelo menos, conteúdos parecidos nos estados e territórios enquanto se mantêm os regimes específicos de cada localidade. Dessa maneira, foi mais fácil trabalhar o currículo até o 10º ano do que desenvolver o mesmo documento para os dois anos finais de escolarização.

CADERNOS CENPEC – COMO VOCÊS LIDAM COM AS MANEIRAS DE LECIONAR

¹¹ O sistema educacional australiano compreende 12 anos de escolarização divididos entre ensino primário e ensino secundário. A divisão da quantidade de anos entre as duas etapas varia de estado para estado. O 11º e o 12º anos não são obrigatórios, sendo cursados de maneira geral por quem pretende entrar na universidade. A maioria das crianças entra na escola primária com a idade de 5 anos.

OS CONTEÚDOS, UMA VEZ QUE O CURRÍCULO NÃO DIZ AOS PROFESSORES COMO ENSINAR, MAS DÁ DETALHES DOS PADRÕES DE DESEMPENHO? COMO FICA A AUTONOMIA DOS PROFESSORES?

BARRY MCGAW – Essa é uma pergunta muito boa. Está muito claro que, como autoridade, não temos o direito de ensinar os professores a ensinar. Também reconhecemos que isso é uma questão de prática profissional, e não diz respeito somente às escolhas individuais de professores, mas a escolhas das escolas, do coletivo escolar. Em alguns estados, ainda temos maiores prescrições de como os professores podem ensinar; sendo assim, a maneira como o professor ensina não cabe a nós, mas aos estados, às escolas e aos professores. Existem algumas exceções, por exemplo, como quando escrevemos o currículo de Inglês e tratamos sobre como lidar com questionamentos a respeito de consciência fonológica e seu impacto na maneira de decodificar palavras. Escrevemos o currículo de uma maneira que deixa bastante claro o dever de utilizar a consciência fonológica para alcançar capacidades de decodificação e leitura, assim como introduzir gramática, o que havia desaparecido das escolas. Então, nesse ponto, o currículo pode ser bastante prescritivo pedagogicamente, mas no que se refere ao restante dos conteúdos, não há esse tipo de intervenção. Em Nova Gales do Sul, a legislação estadual prevê um Programa de Estudos, o que é bem mais detalhado do que o currículo nacional. Então, antes de a implantação começar lá, o estado transformou as primeiras quatro áreas (Inglês, Matemática, Ciências e História) em um Programa de Estudos Estadual que vai ao encontro do currículo nacional, mas se trata de um caso específico desse estado, que diz de maneira mais específica como os professores devem trabalhar.

CADERNOS CENPEC – COMO O CURRÍCULO LIDA COM QUESTÕES INTERDISCIPLINARES?

BARRY MCGAW – Bem, não lidamos com isso no currículo nacional, sabemos que muitos professores dos anos primários utilizam esse tipo de metodologia integrada, eles desenvolvem temas e podem utilizar Matemática e Ciências juntas em alguns pontos. Tudo isso são questões de autonomia local, o currículo não indica como unir os conhecimentos.

Existe um debate hoje em dia sobre qual será a recepção do currículo quando ele estiver completo¹², se os professores do ensino primário acharão que são muitos conteúdos. Porque, em alguns estados, Inglês, Matemática, Ciências,

¹² O currículo australiano ainda está em fase de desenvolvimento e implementação.

Estudos Sociais são trabalhados normalmente, mas há muitos casos onde se ensinam História e Geografia também de forma integrada com os demais conteúdos. Com o currículo nacional, essas duas áreas terão seus próprios conteúdos e eles estarão separados, o que faz com que alguns professores sintam maior dificuldade. A preparação dos professores é uma questão a ser gerenciada pelos estados e territórios, não por nós. Não que não consideremos essa questão como importante, mas a responsabilidade de realizar esse trabalho é dos estados e territórios.

CADERNOS CENPEC – COMO VOCÊS LIDAM COM A RELAÇÃO DE CONHECIMENTOS GLOBAIS *versus* CONTEXTO LOCAL E COM A QUESTÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL? VOCÊ FALOU UM POUCO SOBRE OS ABORÍGENES E COMO ELES DEVEM OLHAR PARA O CURRÍCULO E SE ENXERGAREM ALI, MAS FALE TAMBÉM, POR FAVOR, SOBRE OUTRAS DIVERSIDADES QUE VOCÊ ENXERGA NA SOCIEDADE AUSTRALIANA.

BARRY MCGAW – Bem, deixe-me utilizar História como exemplo. Não lembro se isso ocorre no 4º ou 5º ano, mas em um desses anos o conteúdo de História trata do período colonial australiano depois dos anos 1800. Só existem cinco tópicos de conteúdos durante o ano, então, não é muito detalhado, mas esses cinco incluem dois assuntos mais gerais sobre migração e sobram outros três para que possa haver uma escolha local acerca do conteúdo a ser tratado. Um deles diz: “Análise a experiência de imigração de um grupo particular de pessoas, escolha um”. Se você está em uma área como a Austrália Ocidental, que recebeu muitos movimentos imigratórios do País de Gales devido à presença das minas de carvão, talvez vá querer prestar mais atenção nos galeses, uma vez que foram eles que se assentaram nessas terras durante os anos 1800. Em outras partes do país pode-se tomar um foco completamente diferente para os estudos. Outro ponto do conteúdo diz para se trabalhar uma questão relevante relacionada à experiência migratória, como a seca ou o ouro ou o desenvolvimento das linhas ferroviárias, e assim por diante. Isso dá a possibilidade de a região ou a escola escolher o foco de sua preferência.

Quando começamos, um ministro da Austrália do Sul me disse: “Eu espero que vocês se assegurem de que os alunos da Austrália do Sul, ao estudarem História, aprendam sobre o nosso estado e não somente sobre a Austrália como um todo, que os alunos aprendam sobre os cinco prêmios Nobel ganhos pelo nosso estado. E quando eles olharem para a exploração do país pelos colonizadores, estudem os exploradores que foram ao centro da Austrália e retornaram, pois muitos dos que foram para lá nos primeiros anos não

sobreviveram, nunca voltaram. A Austrália do Sul é o único estado do país conquistado sem conflitos”. Então, tentamos deixar espaço no currículo para questões locais.

CADERNOS CENPEC – COMO FUNCIONA O MODELO DE PROGRESSÃO DE CONTEÚDOS DURANTE OS ANOS ESCOLARES?

BARRY MCGAW – Sempre que se escreve um currículo, você se envolve na questão da progressão, uma vez que se deve pensar, por exemplo, o que os alunos de 7 e 8 anos estarão fazendo em comparação aos alunos de 10, 11 e 12 anos. Então, no momento em que se começa a pensar o que quer eleger como conteúdo para diferentes idades, você está pensando em progressão de aprendizagem. A questão é: quão precisamente se pode pensar essa progressão? A tarefa que nos foi dada foi desenvolver um currículo ano por ano. Isso acabou por se tornar uma controvérsia, uma vez que nenhum estado trabalhava um currículo ano por ano, mas por blocos, por exemplo: educação infantil até o 2º ano, depois do terceiro ao 4º, 5º e 6º ano. A razão pela qual eles faziam isso era porque há muita variação entre os próprios alunos de uma mesma sala e não consideravam sensato dizer que todos os estudantes deveriam estar dominando as mesmas habilidades em um único ano. A questão é que mesmo ao colocar dois anos juntos não se resolverá o problema de heterogeneidade de aprendizagens entre alunos.

O que propusemos foi fazer ano por ano, em parte porque nos foi imposto, mas também conversamos com diversos grupos durante as reuniões de planejamento. Alguns professores diziam: “Olhe, o que precisamos na escola é algo que detalhe ano por ano, porque, no final das contas, é o que fazemos, pensamos sobre o que o professor do 4º ano irá fazer, o que o professor do 5º irá fazer. Se vocês nos derem um currículo que é separado em blocos, acabaremos dividindo nós mesmos esse bloco para cada um dos anos”. Outros diziam: “Se vocês nos derem um currículo ano por ano, nós o juntaremos em partes maiores”. Então, no final, duas coisas influenciaram o caminho que tomamos: a primeira foi que a tarefa que nos foi dada era separar os anos e a segunda foi que os professores, em geral, diziam que era mais fácil juntar em partes algo que estava separado em anos do que separar algo que estava unido em partes maiores.

Fizemos ano por ano, mas no caso de algumas disciplinas, descobrimos que não seria tão fácil. Por exemplo, em Educação Física ou Economia e Negócios, a progressão é menos clara e o tempo que os alunos passam nessas disciplinas

é mais reduzido, de modo que se torna mais difícil definir o que cabe a cada ano. Se vocês olharem no *site* da Acara notarão que alguns conteúdos mais recentes não estão separados ano por ano.

CADERNOS CENPEC – O QUE ACONTECE COM AS CRIANÇAS QUE NÃO ACOMPANHAM A PROGRESSÃO PROPOSTA NO CURRÍCULO?

BARRY MCGAW – Bem, um dos riscos de escrever um currículo é os professores pensarem: “Se isso é o que se espera do 5º ano, todo aluno deve chegar até aqui”, quando, na verdade, alguns estudantes não completam nem o que se espera do 3º ou 4º ano. As escolas, normalmente, passam os alunos de ano junto do restante da classe sem que eles tenham adquirido o básico e esses alunos acabam ficando ainda mais para trás. Então, a vantagem de se ter uma progressão é que ela mostra o que o aluno precisa saber para fazer o trabalho necessário durante um determinado ano. A questão sobre o que fazer com as crianças que não seguem esse padrão é crucial, mas é algo que não cabe no trabalho de desenvolvimento de um currículo, tampouco cabe ao órgão responsável pelo currículo esse trabalho. Para os estados e territórios está bem claro que a implantação é uma responsabilidade deles e não nossa. E isso se refere à implementação.

CADERNOS CENPEC – NOSSA PERGUNTA SE DEU POR CONTA DE QUE NO BRASIL A CULTURA DA REPROVAÇÃO É MUITO FORTE.

BARRY MCGAW – Ah, sim, sobre reprovação, nós não temos. Quer dizer, costumávamos ter essa prática de estudantes repetirem as séries na Austrália, mas não temos mais.

CADERNOS CENPEC – O CURRÍCULO AUSTRALIANO CONTA COM UM MAPA QUE MOSTRA A PROGRESSÃO DE ALGUNS CONCEITOS OU HABILIDADES AO LONGO DA ESCOLARIZAÇÃO, COMO UM MAPA PARA O LETRAMENTO E PARA AS HABILIDADES NUMÉRICAS¹³? QUAL É A IMPORTÂNCIA DESSE DOCUMENTO PARA AS ESCOLAS E OS PROFESSORES?

¹³ Os mapas de progressão explicitam a trajetória de crescimento das aprendizagens do início ao final da escolarização em aspectos centrais do currículo. Por exemplo, a Austrália desenvolveu um mapa de progressão referente ao letramento que vai da educação infantil ao 10º ano. Esse mapa identifica em um contínuo as habilidades-chave de letramento que garantam o aprendizado de leitura e escrita no decorrer do processo escolar. Mapa de Progressão de Letramento: <<http://www.australiancurriculum.edu.au/GeneralCapabilities/Pdf/Literacy>>.

BARRY MCGAW – Eu acredito que muitos países tenham algo parecido com isso, pelo menos de maneira implícita em seus currículos. Fizemos isso de maneira explícita, pois, em parte, servirá para a criação de uma base nacional de avaliação de Letramento e Habilidades Numéricas. Mas quando se pensa em áreas como criatividade, nessas, assim como em Matemática, deve-se pensar o que uma criança criativa de 3 anos de idade deveria ser capaz de fazer ao se comparar com uma criança criativa de 9 anos. O que ocorre quando a criatividade se desenvolve em uma criança? Se não se consegue pensar assim, não se pode dizer muito sobre como desenvolver essa habilidade.

Nós reconhecemos que em algumas áreas não se pode compreender plenamente essa progressão, mas procuramos quaisquer tipos de evidência que auxiliem nesse trabalho de reconhecimento da progressão e, agora, no sistema de avaliação nacional, vamos fazer alguns mapeamentos. Nosso sistema avalia duas áreas: Letramento e Habilidades Numéricas, e avaliamos todos os alunos do 3º, 5º, 7º e 9º anos. O que estamos propondo para o Conselho Ministerial é que seja realizada somente uma avaliação por ano e que todos refaçam o teste da mesma área três anos depois. Por exemplo, neste ano, fazemos Ciências e daqui a três anos essa mesma disciplina; no próximo ano avaliamos cidadania e três anos depois de novo, e assim por diante.

Poderíamos assim avaliar mais áreas sem aumentar o número de avaliações. Poderemos criar uma avaliação para História, uma vez que agora temos um currículo dessa disciplina. Porém, não sabemos quais são as bases para realizar esse tipo de teste, não sabemos o que os estudantes já sabem sobre a disciplina, de modo que não temos como realizar um bom estudo para avaliar se os alunos têm melhorado com a implementação do currículo. Então, estamos propondo um estudo mais sistemático do currículo nessas áreas. Ao mesmo tempo, essas novas pesquisas nos permitirão compreender não somente sobre os conteúdos mais tradicionais, mas também sobre o que chamamos de “capacidades gerais”. Por exemplo, poderemos avaliar criatividade e resolução de problemas, e nesse processo teremos algumas evidências sobre o currículo que nos darão uma base melhor para falar em progressão, uma vez que se poderá ver o que os alunos do ensino primário conseguem fazer, assim como os do ensino secundário. Teremos uma base empírica para trabalhar a progressão curricular.

CADERNOS CENPEC – COMO O FATO DE TER UM CURRÍCULO NACIONAL SE REFLETIU NOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO?

BARRY MCGAW – Essa é uma pergunta interessante. O que aconteceu foi que durante um período cada um dos estados e territórios implantou avaliações estaduais em Letramento e Habilidades Matemáticas. Todos eles começaram esse processo por volta da metade dos anos 1990; o primeiro ocorreu em 1999 e todos os outros seguiram esse mesmo exemplo. Em menos de dez anos, cada um dos estados tinha seu próprio sistema de avaliação. Alguns aplicavam a avaliação no 3º e 6º anos, alguns faziam com o 3º e o 5º, outros faziam com o ensino primário e o secundário, e assim por diante. Gradualmente, eles foram aprimorando esses sistemas. Uma vez que essa prática já havia se consolidado no país, os ministros perguntaram se havia algum modo de ter uma ideia do desempenho em Letramento e Habilidades Numéricas em nível nacional com base nas avaliações estaduais. O primeiro passo, então, foi desenvolver uma matriz para essas avaliações e depois dizer a cada um dos estados para reportar os seus próprios resultados utilizando essa matriz, baseados em seus próprios testes. Essa, porém, era uma maneira bastante complicada de se conseguir resultados nacionais. Alguns anos depois, os ministros começaram uma discussão para compreender melhor se havia uma maneira mais rigorosa de se avaliar nacionalmente, se havia alguma forma de calibrar os resultados dos testes estaduais. Então, chegou-se a um modelo em que, vamos supor, todos os alunos da Austrália do Sul fariam a avaliação de seu estado, porém alguns desses alunos também fariam o exame de outro estado, por exemplo, Victoria, e alguns outros alunos da Austrália do Sul fariam o exame da Austrália Ocidental, e assim se poderiam unir os testes.

Em 2003, percebeu-se que esse processo de calibrar as avaliações não estava indo bem e os ministros chegaram à conclusão de que talvez todos devessem utilizar a mesma avaliação. Foi feito um estudo e, no início de 2007, o Conselho Ministerial concordou que todos os estados e territórios utilizariam o mesmo método de avaliação em Letramento e Habilidades Numéricas. O problema foi: como desenvolver uma avaliação geral? Na época, não havia uma base curricular para a criação desse exame; então, montou-se um teste que refletia as características comuns dos exames estaduais. Sempre se teve a ideia de que o modelo da avaliação nacional deveria ser mais sólido que o dos estados. Quando pensamos o modelo de desenvolvimento do Pisa, tínhamos uma base sólida e era disso que precisávamos para desenvolver um bom sistema de avaliação. Agora que temos um currículo nacional, estamos construindo uma matriz que reflita esse documento.

Também há um movimento de até 2016 tirar os exames do lápis e do papel e fazê-los exclusivamente *on-line* ou de maneira eletrônica, mas talvez não consigamos realizar até o prazo. Há dúvidas se isso é passível de ser realizado nas escolas, mas como já prevíamos uma grande mudança nos testes com a inserção do novo currículo, pensamos: vamos fazer duas grandes mudanças ao mesmo tempo. Vamos ter uma nova base para avaliações de Letramento, fundamentada no mapa de progressão de Letramento e no currículo de Inglês, e uma nova base para avaliações em Habilidades Numéricas apoiada no mapa de progressão de Habilidades Numéricas e no currículo de Matemática. Isso está previsto para 2016, na mesma data em que a inserção eletrônica dos testes está prevista.

CADERNOS CENPEC – VOCÊ NOS EXPLICOU QUE NÃO É DE RESPONSABILIDADE DA ACARA A PARTE DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO, MAS QUANDO OLHAMOS O CURRÍCULO AUSTRALIANO, PERCEBEMOS QUE A IMPLANTAÇÃO É IMPORTANTE. DIANTE DISSO, VOCÊS DESENVOLVERAM DIVERSOS SUPORTES PARA AUXILIAR OS PROFESSORES NESSE PROCESSO. PODE DESCREVER QUAIS FORAM OS MECANISMOS CRIADOS JUNTAMENTE COM O CURRÍCULO QUE AUXILIARAM A SUA IMPLANTAÇÃO?

BARRY MCGAW – Bem, o mecanismo mais óbvio é o banco de dados de recursos eletrônicos, do qual os professores podem extrair recursos de aprendizagem por meio do *site* Scootle¹⁴. Nós, da Acara, não criamos o banco de dados dos recursos de aprendizagem [ele foi criado por outro órgão governamental australiano], mas entendemos que ele se conecta de maneira direta ao currículo e facilita a implantação. Dessa maneira, apesar de não realizarmos a implantação, trabalhamos com um conjunto de recursos para nos certificarmos de que os professores possam acessar as informações necessárias relacionadas ao currículo da maneira mais fácil possível.

O processo de desenvolvimento profissional dos professores é outra área muito central. Também não é de nossa responsabilidade, e tem sido muito subestimada pelos estados e territórios e também pelo novo órgão nacional chamado Instituto Australiano para Formação de Professores e Gestores Escolares (*Australian Institute for Teaching & School Leadership*).

Então, existem três órgãos nacionais que hoje estão relacionados entre si. O

¹⁴ O Scootle (<http://www.scootle.edu.au/ec/p/home>) é uma rede de aprendizagem desenvolvida para os professores australianos no qual se compartilham recursos educacionais, ideias e planos de aula.

primeiro deles somos nós, Acara; o segundo são os Serviços Educacionais da Austrália (*Education Services Australia*), órgão responsável pelo Scootle e pelo banco de dados de recursos educacionais, e o terceiro é o Instituto Australiano para o Ensino e Gestão Escolar. Nós nos encontramos regularmente – os presidentes dos órgãos e os diretores executivos se encontram com funcionários do nível central –, de quatro a cinco vezes por ano para nos certificarmos de que as três agências estão trabalhando no mesmo rumo.

O verdadeiro trabalho de implantação não ocorre a partir de nenhum desses órgãos, embora todos nós estejamos trabalhando para facilitar esse processo. O trabalho real ocorre nos estados, em nível escolar, e muitos dos programas de formação têm sido levados a cabo pelos estados.

CADERNOS CENPEC – TEMOS MAIS DUAS QUESTÕES QUE PODEM PARECER “BRASILEIRAS” DE MAIS PARA O SEU CONTEXTO, MAS SÃO MUITO RECORRENTES AQUI. COMO O CURRÍCULO LIDA COM LIVROS DIDÁTICOS?

BARRY MCGAW – As escolas australianas, na maioria dos casos, não utilizam livros didáticos. Mas existem livros didáticos produzidos por editoras comerciais. Eles são – ou pelo menos começaram a ser – produzidos alinhados com o currículo nacional. Por exemplo, a Editora da Universidade de Cambridge produziu um livro didático de Inglês para o ensino secundário e percebe-se que grande parte do seu conteúdo foi extraída do currículo.

CADERNOS CENPEC – O GOVERNO FEDERAL COMPRA ESSES LIVROS PARA AS ESCOLAS? OU OS ESTADOS COMPRAM?

BARRY MCGAW – Não, as escolas compram caso os utilizem.

CADERNOS CENPEC – É SOBRE OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, VOCÊ CONHECE ALGUM IMPACTO QUE O CURRÍCULO TEVE NESSE CASO?

BARRY MCGAW – Quando eu me encontro com pessoas responsáveis pela formação de professores, uma das perguntas que mais faço é: “Todos têm acesso ao Scootle?”. E eu sei que na Universidade de Melbourne, onde leciono, eles têm, e nas aulas que dou nesses cursos sobre currículo, os estudantes de licenciatura, ou futuros professores, utilizam o Scootle.

CADERNOS CENPEC – ENTÃO, DE CERTO MODO, O CURRÍCULO TEM INFLUENCIADO A MANEIRA PELA QUAL OS PROFESSORES SÃO FORMADOS NA AUSTRÁLIA?

BARRY MCGAW – Sim, este será um trabalho gradual, mas certamente haverá impacto com a implantação do currículo nacional. Nova Gales do Sul começou este ano a implantação de Inglês, Matemática, Ciências e História. Foi o último estado a aderir ao currículo até o 10º ano. Com todos os estados fazendo isso, não existem mais oito currículos separados para os professores estudarem se quiserem dar aula nas escolas desses estados. Em casos como o Território do Norte, que é pequeno e remoto, muitos professores não são formados lá, mas em outros estados. Então, para eles, ter um currículo nacional é muito bom, uma vez que agora eles têm professores vindos de outros lugares, mas que conhecem o currículo a ser ensinado, pois ele é nacional.

CADERNOS CENPEC – ENTÃO, O MESMO PROBLEMA QUE VOCÊS TINHAM DE MOBILIDADE ESTUDANTIL PELO PAÍS OCORRIA TAMBÉM COM OS PROFESSORES QUE NÃO ERAM FORMADOS PARA LECIONAR EM TODOS OS LUGARES?

BARRY MCGAW – Sim, exatamente, isso era especialmente ruim para os estados menores e mais remotos, onde há mais mobilidade dos professores.

REFERÊNCIAS

INDEPENDENT SCHOOLS COUNCIL OF AUSTRALIA (ISCA). **About ISCA**. Disponível em: <<http://isca.edu.au/about-isca/>>. Acesso em: 29 ago. 2014.